

RESENHA DO LIVRO *KNOWING OUR LIMITS (CONHECENDO NOSSOS LIMITES)*, DE NATHAN BALLANTYNE

Mateus M. Tormin

Universidade de São Paulo (USP)
Email: mateusmmt@gmail.com

1 Introdução

Desacordos sobre questões controversas são hoje parte de nosso cotidiano. Para nos depararmos com eles, basta abrir um jornal, ouvir um podcast ou simplesmente ir tomar café com amigos: que limites deve ter a liberdade de expressão? Em que medida *lockdowns* são maneiras eficientes e justificáveis de se combater uma pandemia? Um aumento no salário-mínimo causa desemprego? No que consiste a boa vida? São inúmeras as questões sobre as quais há desacordos persistentes, não só entre leigos, mas também entre especialistas. No que consiste uma crença razoável nesses cenários? Será ela possível? Se sim, como alcançá-la? Se não, que significado devemos atribuir ao desacordo? Que consequências devemos dele tirar? Em *Conhecendo Nossos Limites*, Nathan Ballantyne nos dá algumas respostas a essas questões – que têm especial relevância no período atual, marcado pelo acesso a um imenso volume de dados e evidências, por bolhas informacionais e pelo conflito entre comunidades epistêmicas.

“Uma torre de farol apoiada em barras de ferro sobre a água”: uma construção com bases frágeis e em necessidade de reparo – essa é a imagem escolhida para ilustrar a capa do livro, que principia por uma nota em que ela é explicada. Ela retoma a metáfora de René Descartes, que compara o conjunto de nossas opiniões a um edifício. Além de ressaltar a necessidade de reparos constantes, a imagem indica a importância dos fundamentos para que consigamos bem conduzir a vida intelectual e almejar ter conhecimentos sólidos.

Após essa nota, o livro já pula para o primeiro capítulo, e o leitor, ao menos em um primeiro momento, sente-se desorientado, sem saber muito o que esperar da obra, que não tem uma seção introdutória. Contudo, após a leitura do primeiro capítulo – cujo título, “Epistemologia e Investigação”, não nos diz muito –, essa desorientação é em parte remediada: ficamos sabendo qual é o projeto e a tese do autor, em qual campo ele se insere, assim como nos é dada uma ideia de boa parte da estrutura do livro. Nesse sentido, o primeiro capítulo supre a falta de uma introdução, mas não sem algum esforço de sistematização por parte do leitor (num primeiro momento, por exemplo, nada nos é dito sobre os capítulos 4, 10 e 11).

Em suma, após a leitura de toda a obra, é possível dividi-la em três partes: os capítulos de 1 a 4 introduzem o projeto geral de Ballantyne, descrevendo a natureza, o escopo, parte da história e as ambições práticas do que ele denomina “epistemologia regulativa”. Nos capítulos de 5 a 9, os mais importantes do livro, Ballantyne propõe orientações e princípios que visam melhorar “uma importante dimensão da vida intelectual: nossas crenças acerca de questões controversas” (p. 19). Essas orientações e princípios constituem um método – a principal contribuição que o livro pretende dar – que tem a ambição de nos guiar diante de questões controversas, ajudando-nos a avaliar se (e em que medida) podemos ter crenças

razoáveis sobre tais questões. Por fim, os dois últimos capítulos abordam duas potenciais objeções ao método. Nesta resenha, observarei essa estrutura tripartite, com uma parte dedicada a cada um desses blocos de capítulos. Em cada uma dessas partes, serão sintetizados os pontos principais do livro, ao mesmo tempo em que serão feitos alguns comentários às escolhas e aos argumentos de Ballantyne.

2 A “epistemologia regulativa” e o projeto de Ballantyne

Em *Conhecendo Nossos Limites*, Nathan Ballantyne parte da premissa de que somos investigadores imperfeitos, sujeitos a vários vieses e falhas cognitivas. Sua tese é de que, para superarmos nossas imperfeições, precisamos de orientação, e a epistemologia pode nos fornecê-la (p. 1). O livro tem uma nítida preocupação prática, que pode ser percebida nos dois exemplos históricos que Ballantyne cita como precursores de seu projeto intelectual: o de filósofos como John Locke, que, no começo da era moderna, examinaram os limites das capacidades cognitivas do ser humano; e o de filósofos do Círculo de Viena. Em ambos os casos, para Ballantyne, havia uma preocupação epistemológica que estava conectada a questões práticas, como a promoção das ciências, do desenvolvimento humano e da reformulação da ordem política e social (p. 1-2). *Conhecendo Nossos Limites* se inscreve nessa tradição, que Ballantyne denomina “epistemologia regulativa”, cujo objetivo é promover um tipo de epistemologia “que visa orientar a investigação” (p. 2).¹

A epistemologia regulativa se diferencia da abordagem que predomina atualmente na agenda de pesquisa epistemológica anglófona, ainda muito centrada na análise conceitual, na lógica e no exame de exemplos e contraexemplos, e muito focada em descrever o conhecimento proposicional, a crença epistemicamente justificada, a noção de evidência etc. Para Ballantyne, o resultado dessa abordagem tradicional tem sido um fechamento da disciplina, cujos debates interessam cada vez mais apenas aos próprios especialistas, tendo pouca ou nenhuma relevância prática para guiar os esforços intelectuais e investigativos das pessoas (o que se aplica não só em relação a outros especialistas, mas também em relação a leigos) (p. 4-5; 8).

O projeto de Ballantyne visa direcionar (ou ao menos ampliar) a atenção da epistemologia tradicional, com o intuito de incluir em sua agenda de pesquisa filosófica preocupações relacionadas à epistemologia regulativa (p. 14). Ao fazer isso, aproxima-se (mas ao mesmo tempo alega se diferenciar) de tentativas que o precederam, como a exposta no artigo de Goldman (1978), e nos livros de Bishop & Trout (2005) e de Roberts & Wood (2007) (p. 15-7).

Neste ponto, visando singularizar seu livro, Ballantyne traça uma distinção (a meu ver, um pouco exagerada) entre um projeto de epistemologia regulativa “radical” (identificado com os dois livros mencionados) e um projeto de epistemologia regulativa “inclusivo” (identificado com *Conhecendo Nossos Limites*), cuja originalidade estaria em reconhecer que “projetos [epistemológicos] regulatórios e não-regulatórios [i.e., associados à epistemologia ‘tradicional’] podem se encorajar mutuamente e colaborar” (p. 19) – algo que as obras de Roberts, Wood, Bishop e Trout alegadamente não endossariam. O livro de Ballantyne ainda seria original mesmo se o autor dispensasse essa distinção e reconhecesse o caráter precursor dessas obras em relação a seu projeto intelectual: como o próprio Ballantyne nos lembra, não há um “campo de estudo” da epistemologia regulativa. Nesse sentido, sua proposta é inovadora, além de ser bastante interdisciplinar,

¹ Todas as traduções dos excertos citados são de minha autoria.

transcendendo as divisões tradicionais em que as disciplinas (como a filosofia, a psicologia e as humanidades em geral) foram se organizando (p. 19-20).

Conhecendo Nossos Limites propõe um programa de pesquisa que tem preocupações descritivas, normativas e práticas (p. 20-2). As primeiras se relacionam às características de quem investiga e da própria investigação – e, em especial, aos fatores cognitivos, sociais e culturais que influenciam nossos juízos e a atividade investigativa. As segundas dizem respeito ao que se deve considerar um bom ou mau raciocínio, aos propósitos que devem orientar a investigação e à natureza da evidência e da explicação. Por fim, as preocupações práticas visam fazer a ponte entre descrição e normatividade: trata-se de modificar como as pessoas conduzem a investigação, em resposta ao conhecimento ampliado que passam a ter sobre as condições em que a investigação se dá, assim como sobre os ideais normativos que devem orientá-la, obtidos por meio dos trabalhos que se inserem nas preocupações descritivas e normativas mencionadas: “o que une pesquisadores que adotam a perspectiva da epistemologia regulativa é o propósito comum de usar perspectivas descritivas, normativas e/ou práticas para abordar os problemas da atividade investigativa, que é imperfeita” (p. 22).

O segundo capítulo – “A Epistemologia Regulativa no Século Dezesete” – prometia precisamente mostrar como a epistemologia pode ser útil para aprimorar a atividade investigativa em contextos específicos (p. 26). Em contraste com o prometido, o capítulo parece ter mais um propósito exemplificativo e de “legitimação”. Exemplificativo, no sentido de que retoma a vida e a obra de pensadores que se propuseram a investigar questões que hoje seriam qualificadas como interdisciplinares, com o intuito de aprimorar nossa vida intelectual, em resposta às limitações cognitivas do ser humano (mesmo objetivo do projeto intelectual de Ballantyne).

Além desse caráter exemplificativo (que mostra que o projeto é factível), o capítulo parece ter sobretudo um propósito de legitimação. Como o próprio Ballantyne diz repetidamente, a epistemologia regulativa não tem um campo de estudo reconhecido (não há conferências, workshops, revistas profissionais ou grupos de pesquisas estabelecidos). Ao chamar a atenção para aspectos regulativos e epistemológicos das obras de autores como Descartes, Boyle, Bacon e Locke, Ballantyne está mostrando antecedentes históricos que podem ser tomados como precursores de seu projeto – o que, em certo sentido, confere legitimidade à sua empreitada, que visa contestar, ao menos em parte, a hegemonia da epistemologia tradicional. Essa legitimidade adviria não só do peso associado a tais filósofos e pensadores, mas também de uma semelhança entre o contexto intelectual do tempo em que viveram e o contexto atual: “Hoje – não menos que no século XVII – nosso mundo (que é complicado, incerto e interconectado) enfrenta problemas relativos ao conhecimento e à crença razoável (...). Vivemos em uma era de crise. Tal como nossos precursores, temos razões convincentes para buscar orientações epistêmicas” (p. 60).

Em outras palavras, esse segundo capítulo não traz exemplos específicos que nos permitam “ver como a epistemologia de fato poderia ser usada para aprimorar a atividade investigativa” (p. 26), mas apenas um conjunto geral de “orientações epistemológicas” elaboradas por importantes pensadores em um cenário de crise e de incertezas, genericamente associado a eventos como “o surgimento da ‘ciência’ moderna; a Reforma e a Contrarreforma; relatos da exploração de novas terras; e um renovado interesse no ceticismo antigo” (p. 31).

O ponto mais importante do capítulo é classificatório: ele ilustra a distinção entre duas possíveis abordagens da epistemologia regulativa – uma focada em estabelecer regras e princípios para a investigação e outra voltada a sugerir meios

para a obtenção de um caráter intelectual aprimorado (p. 31). Ballantyne classifica no primeiro grupo Descartes e seu *Discurso do Método* (p. 36-9), assim como Antoine Arnauld e Pierre Nicole e sua *Lógica de Port-Royal* (p. 39-43); no segundo, Robert Boyle e seu ideal de filósofo natural (p. 47-53), assim como Locke com seu foco no autoaperfeiçoamento do intelecto (p. 53-8); Francis Bacon e seu método (p. 43-7) exemplificariam a possibilidade de transitar entre ambos os grupos (p. 59) – pretensão que, em um primeiro momento, parece ser a de Ballantyne. Com efeito, o capítulo três – “De que modo princípios epistêmicos nos guiam?” – trata em mais detalhes dessas duas abordagens e “explica como minhas próprias recomendações regulatórias (que serão propostas nos capítulos de 5 a 9) poderiam nos fornecer tanto princípios razoáveis, quanto nos proporcionar um caráter aprimorado” (p. 59).

Mas, na verdade, a abordagem de Ballantyne é primariamente focada em princípios. No início do terceiro capítulo, ele diz que proporá “princípios” e é por isso que considera importante enfrentar a questão expressa no título do capítulo: como princípios podem nos orientar? Por “orientar”, Ballantyne se refere a uma conexão causal: “em um primeiro momento, podemos dizer que uma pessoa é guiada por um tal princípio somente se a causa de ela se comportar de certa maneira incluir o princípio” (p. 67). A importância da pergunta é evidente: dado os propósitos práticos da epistemologia regulativa, ela precisa ser capaz de guiar (ou a menos influenciar) nossos comportamentos, sob pena de se tornar inútil.

Em primeiro lugar, Ballantyne ressalta o importante papel que princípios podem exercer: eles tornam “nossos juízos epistêmicos mais razoáveis (baseados em boas razões) e mais confiáveis (acurados ao longo de um longo período de testes)” (p. 65). Fazem isso ao assegurar que nossos juízos sejam responsivos à evidência, minorando a influência de fatores irrelevantes: “bons princípios não são um meio infalível de eliminar erros em nossos juízos epistêmicos, mas são comumente nossa melhor opção” (p. 66).

Em segundo lugar, a resposta que Ballantyne dá à pergunta passa pela retomada de uma distinção da psicologia cognitiva, que separa processos cognitivos em dois sistemas: o “Sistema 01”, que envolve processos rápidos, automáticos e inconscientes; e o “Sistema 02”, que envolve processos mais demorados, deliberados e conscientes. Ballantyne propõe uma distinção entre “juízos epistêmicos reflexivos”, que são fruto de raciocínios que recorrem aos princípios ou normas epistêmicas (associando-se ao sistema 02), e “juízos epistêmicos intuitivos”, que não são resultado de raciocínios explícitos (associando-se ao sistema 01) (p. 69). A distinção tem uma consequência relevante: ela nos lembra que um projeto teórico que se baseie inteiramente em propor princípios ou normas voltadas ao sistema 02 terá um efeito bastante limitado, pois deixará de fora boa parte de nossos juízos (os associados ao sistema 01) (p. 72, texto e n. 6).

A intenção de Ballantyne é propor princípios regulativos que sejam úteis em ambos os casos. Para tanto, ele argumenta que princípios regulativos podem guiar nossos juízos epistêmicos sem ser necessariamente por meio da reflexão acerca de tais princípios. Isso ocorre por meio do que Ballantyne denomina “espelhos” de cada um dos princípios mais abstratos (p. 73). Esses espelhos seriam “estados cognitivos” que contêm informações relativas ao princípio. O ponto só fica um pouco mais claro por meio de uma analogia: “o espelhamento também pode explicar o caso da criança que tem competência em gramática. Os estados cognitivos de sua mente espelham regras gramaticais, mesmo que ela ainda não possa formulá-las” (p. 73).

Ballantyne descreve duas maneiras por meio das quais podemos alcançar tais estados. A primeira delas é a “expertise intuitiva”, exemplificada pela figura de um mestre do xadrez:

processos rápidos e automáticos ligados ao Sistema 01 podem ser treinados, de modo que as regras que orientam o jogo de xadrez (assim como o conhecimento de boas estratégias) sejam ‘espelhados’ em vários estados cognitivos. A longa prática do mestre do xadrez o transformou no que o psicólogo D. Kahneman denomina um expert intuitivo (p. 74-5).

Nesse ponto, Ballantyne me parece excessivamente otimista: a analogia sugere que ele pressupõe que é possível treinar o uso de princípios regulativos, de modo a desenvolvermos uma expertise intuitiva; diante de uma situação que demandasse o recurso a tais princípios, seríamos capazes – tal como um mestre enxadrista – de reagir de maneira intuitiva e acertada, pois “uma vez que os princípios estão codificados no Sistema 01, as informações relevantes podem ser invocadas ou sinalizadas nas situações certas. Assim, os estados espelhados podem guiar o juízo epistêmico intuitivo” (p. 75). Mas Ballantyne parece se esquecer de que o expert em xadrez treinou centenas ou milhares de horas para poder automatizar seu raciocínio e jogar de maneira intuitiva. A maioria das pessoas não atingirá nem um décimo disso na atividade – aparentemente muito mais complexa (porque abstrata) – de “treinar” o uso de princípios. Isso para não falar das duas outras dificuldades da expertise intuitiva que ele mesmo aponta: as limitações cognitivas dos seres humanos e a dificuldade de distinguirmos entre juízos intuitivos confiáveis e não confiáveis (p. 75-6). A meu ver, tais dificuldades sugerem que o que nos resta, ao fim e ao cabo, são os processos não intuitivos: a reflexão – cuidadosa (e por vezes penosa) – acerca dos princípios e de como aplicá-los em casos relevantes.

Mas, de acordo com Ballantyne, há uma segunda maneira por meio da qual podemos alcançar estados cognitivos que contêm informações relativas ao princípio, espelhando-o: por meio de representações que substituem nossos princípios epistêmicos nos casos em que não podemos refletir sobre eles. Elas seriam como “espelhos parciais, suficientemente próximos dos princípios para ajudar a nos guiar” (p. 76). Essas “figuras epistêmicas”, para usar a terminologia de Ballantyne, funcionam como uma espécie de atalho cognitivo:

Uma figura pode ser uma ‘metáfora conceitual’, em que o abstrato é concretizado em algo que compreendemos mais facilmente – tal como pensar a respeito da política num estado-nação em termos de um ‘pai rigoroso’ ou um ‘pai carinhoso’. Uma imagem pode vir rapidamente à consciência quando deliberamos ou quando uma deixa não-deliberativa é ativada. (...) Ela vale por mil palavras, que não precisam estar em nossas mentes. (...) As figuras podem ‘estalar’ em nossas mentes quando nossa cognição rápida, automática e não deliberativa detectar situações relevantes. A cognição pode ser treinada para nos preparar para acessarmos a figura certa no momento certo (p. 77-8).

A proposta de Ballantyne é interessante, mas não convence totalmente quanto à sua factibilidade. Ele mesmo reconhece que é um desafio e uma questão em aberto entender como alcançar as disposições cognitivas que asseguram o processo de espelhamento (p. 82 e p. 85). E o próprio capítulo tem um quê de pessimismo, que é contrabalanceado por certa fé na evolução da ciência comportamental:

Tendo a duvidar de que nossos poderes de reflexão, autoconhecimento, e autocontrole nos permitirão seguir, de maneira confiável, nossos princípios (...). Espero, porém, que cientistas sociais e comportamentais irão um dia identificar meios efetivos de implementar teorias regulativas. Por enquanto, devemos desenvolver e tentar usar tais teorias para tentar espantar o que J. S. Mill denominou ‘os nevoeiros que escondem de nós nossa própria ignorância’ (p. 64).

Desenvolver uma teoria regulativa é o que Ballantyne começa a fazer no capítulo 4, a respeito do qual nada nos havia sido dito até aqui. Ele serve como uma espécie de segunda introdução, preparando o terreno em que o “edifício metodológico”, por assim dizer, será construído (o que será feito nos capítulos 5 a 9, nos quais a teoria proposta por Ballantyne é desenvolvida em maiores detalhes).

Este quarto capítulo lança a pergunta central da obra: como podemos conhecer nossos limites? (p. 88). A resposta de Ballantyne é de que conhecemos nossos limites por meio de um método metacognitivo: “um método para pensar sobre nosso pensar” (p. 88). O objetivo do método é nos ajudar a diferenciar crenças das quais temos boas razões para duvidar, de um lado, e as crenças das quais *não* temos boas razões para duvidar, de outro. Ele consiste em um conjunto de princípios epistêmicos e em observações sobre nós próprios enquanto investigadores e sobre aquilo que investigamos. Os capítulos de 5 a 9 identificam esses princípios e explicam como eles se aplicam a casos concretos. Ao final, Ballantyne espera que esse trecho da obra constitua um argumento em favor da adoção, ao menos em alguns casos, do que ele denomina “abertura doxástica”: “um estado duvidoso ou irresoluto em relação a uma classe específica de crenças (...)” (p. 89).

Ballantyne nomeia seu método apenas em rodapé (o nome seria complicado demais para constar do corpo do texto): o “Método para Reconhecer Anuladores de Competência para nossas Crenças Controversas” (p. 91, n. 3). Complicado ou não, ele nos é útil para esclarecer a proposta de Ballantyne em *Conhecendo Nossos Limites*.

Como se depreende do nome, o método regulativo proposto se aplica apenas a nossas crenças que podem ser descritas como controversas. Para que uma crença em uma proposição p seja controversa, há três condições:

- (i) a crença é rejeitada [ou é aceita com um grau diferente de confiança] por outras pessoas; (ii) essas pessoas têm evidências acerca de p que são ao menos aproximadamente tão boas quanto as nossas; e (iii) essas pessoas são ao menos aproximadamente tão boas quanto nós em responder a tais evidências (p. 95).

Quando temos razões para duvidar de crenças controversas? Quando elas são “epistemicamente irrazoáveis”? Em uma definição preliminar, Ballantyne diz que “nossas crenças são irrazoáveis quando quer que tenhamos uma razão reflexiva suficiente para duvidar que sejam verdadeiras” (p. 97). O termo “razão” é entendido em um sentido bastante amplo: quaisquer indicadores da veracidade de uma proposição ou evidências que embasam nossas crenças (uma experiência, um argumento, ou ainda alguma outra crença). Uma razão é “reflexiva” quando ela é “acessível para nós por meio da reflexão, no sentido de que ela está disponível para nós a partir de nossa perspectiva interna sobre nós mesmos enquanto pessoas que têm crenças e investigam” (p. 97).

Uma razão que nos faça abandonar uma atitude doxástica que temos em relação a uma proposição é chamada de “anulador” (*defeater*). Visando esclarecer e detalhar sua proposta, Ballantyne apresenta diferentes maneiras de classificarmos os anuladores: anuladores que minam *vs.* anuladores que refutam nossas crenças; anuladores anulados *vs.* anuladores não-anulados; anuladores totais *vs.* anuladores parciais (p. 97-8). Mas não é preciso entrar em mais detalhes aqui: em suma, o que ele está propondo é que, quando não conseguimos superar um anulador, devemos ou ajustar o grau de confiança em nossas crenças ou alterá-las, porque, nesse cenário, elas são irrazoáveis.

Em especial, o método de Ballantyne promete nos alertar para crenças irrazoáveis ao chamar nossa atenção para um tipo específico de anulador: os anuladores de competência, que dizem respeito à nossa capacidade de formar

crenças com base nas evidências de que dispomos, “às nossas habilidades e disposições para responder efetivamente à evidência” (p. 105). Se, por alguma razão, nossa capacidade de formar crenças com base nas evidências de que dispomos estiver afetada (se tivermos tomado um medicamento que afeta nossa cognição, por exemplo), estamos diante de um anulador de competência: uma razão, ligada à nossa capacidade de formar crenças, que ataca a conexão entre nossa crença em p e as razões que lhe dão suporte. O método proposto por Ballantyne visa nos auxiliar a identificar, por meio de princípios e de observações sobre nossa cognição, potenciais ameaças (i.e., potenciais anuladores de competência) a nossas crenças sobre questões controversas (p. 109). Daí, o nome: o “Método para Reconhecer Anuladores de Competência para nossas Crenças Controversas”.

Como consequência do método, poder-se-ia defender uma tese que Ballantyne qualifica como “neopirrônica”: “toda e qualquer pessoa que, à primeira vista, tenha um anulador de competência deve suspender o juízo acerca de questões controversas” (p. 110). Inicialmente, a intenção de Ballantyne era defender essa tese. Alegando se afastar do ceticismo (mas, a meu ver, adotando uma postura ainda mais cética), ele opta por deixar essa questão em aberto. Se o método tem como consequência a suspensão do juízo, a alteração ou o abandono de um estado doxástico, é algo que dependerá das circunstâncias específicas de cada pessoa. O que o método proporciona é uma “mentalidade mais aberta, irresoluta e neutra do que a mentalidade que a maioria das pessoas comumente têm diante de questões controversas” (p. 111). Essa mentalidade nos garante contra nossa tendência natural de pressupor que nossas crenças são corretas e sem vieses (p. 117). Em outras palavras, ecoando o título do livro, o método proposto por Ballantyne visa nos ajudar a conhecer melhor nossos próprios limites.

3 O método de Ballantyne: suas orientações e princípios

O capítulo 5, “O Desacordo e o Ato de Desacreditar”, é o primeiro em que Ballantyne descreve seu método em mais detalhes. Ele trata das diferentes estratégias de imputação de vieses que comumente utilizamos para desacreditar as crenças dos que discordam de nós. Apesar de serem relevantes em alguns casos (como no caso dos cientistas que questionam o consenso sobre o aquecimento global), Ballantyne argumenta que essas estratégias não são razoáveis nos casos de crenças genuinamente controversas (p. 121-2).

A estratégia de desacreditar um adversário por meio da imputação de viés funciona da seguinte maneira: presume-se que uma pessoa é enviesada em relação à proposição p , o que faz com que tenhamos uma razão para diminuir a confiança que temos no que ela diz sobre p (p. 123). Dizer que alguém é enviesado equivale a dizer que a pessoa está sujeita a vieses que a impedem de ter uma atitude acurada ou razoável em relação a p e/ou de responder de maneira razoável a evidências a respeito de p (p. 124). Mas o que nos permite dizer isso de alguém? Ballantyne descreve quatro estratégias que são comumente usadas para imputar vieses a quem discorda de nós:

- (a) a estratégia do descarte dogmático: temos razões para aceitar que: (i) a atitude que temos em relação à proposição p é correta; (ii) que, se estamos corretos sobre p , então a atitude de alguém que discorda de nós acerca de p é equivocada; (iii) que o erro de quem discorda de nós não ocorre por causa da falta de evidências relevantes, da capacidade intelectual da pessoa ou por algum erro de performance; e que (iv) se o erro dessa pessoa não é explicado por nenhuma dessas causas, então ele provavelmente ocorre por causa de um viés (p. 125).

(b) a estratégia da falta de sensibilidade a evidências convincentes: temos razões para aceitar que: (i) um conjunto de evidências E racionalmente nos força a ter uma atitude específica em relação a uma proposição p; (ii) que a pessoa que discorda de nós tem acesso a E, mas não tem a atitude em relação a p que é exigida por E; (iii) e que a melhor explicação de por que isso ocorre são vieses (p. 126).

(c) a estratégia da atribuição de um fator que enviesaria: temos razões para aceitar que: (i) um fator F tende a enviesar os juízos acerca de uma proposição p; (ii) que o fator F se aplica ao juízo de uma pessoa que discorda de nós acerca de p; e (iii) que não temos conhecimento de algum fator 'instrutivo' que se aplique ao juízo dessa pessoa, de modo a neutralizar ou contrabalançar a influência de F (p. 128).

(d) a estratégia da autoabsolvição: temos boas razões para aceitar que: (i) não somos enviesados; e (ii) que um dos lados do desacordo cometeu um erro devido a vieses (e não por diferenças em relação a evidências, habilidades intelectuais ou algum outro fator, como um erro de performance) (p. 129).

Ballantyne argumenta que o problema da estratégia do descarte dogmático é que ela já parte do pressuposto de que estamos certos e que quem discorda de nós está errado, mesmo que quem discorde seja um "superior epistêmico", bastando recorrer às nossas próprias razões para pensarmos que estamos certos (p. 125). Por sua vez, a estratégia da falta de sensibilidade a evidências convincentes é útil em casos de crenças não controversas. Em discussões sobre o formato da terra, por exemplo, quem não aceita como falsa a proposição "a terra é plana" simplesmente não está tendo a atitude que as evidências racionalmente demandam (nesse caso, a atribuição de viés a quem toma a proposição como verdadeira é plausível). No entanto, a estratégia não é útil nos casos que envolvem crenças descritas como controversas no sentido estabelecido por Ballantyne. Nesses casos (pensemos em controvérsias filosóficas, por exemplo), é muito pouco plausível dizer que há um conjunto de evidências que racionalmente demanda uma atitude específica em relação à questão controversa (p. 126-7). Por essas razões, Ballantyne desconsidera essas duas estratégias (p. 130).

As demais – a estratégia da atribuição de um fator que enviesaria e a estratégia da autoabsolvição –, apesar de serem à primeira vista mais promissoras, também falham: elas são excessivamente otimistas quanto à nossa capacidade de emitir juízos confiáveis sobre vieses (p. 130). Em suma, elas ignoram um conjunto de achados da psicologia empírica que acabam por miná-las. O principal deles é o fato de termos um ponto cego em relação à identificação de vieses. Essa tendência, também um viés, é denominada "o viés do ponto cego" – "um viés que influencia nossos juízos e raciocínios sobre vieses" (p. 130).

Um de seus principais efeitos é a crença de que nossos próprios juízos estão menos sujeitos a vieses do que os dos outros, o que pode ser explicado por três fatores. O primeiro deles consiste em uma assimetria entre as evidências que usamos para avaliar nossos juízos (geralmente, uma evidência introspectiva) e as que usamos para avaliar os juízos alheios (no geral, evidências externas ou comportamentais). Ballantyne, amparando-se na literatura da psicologia empírica, afirma que a introspecção não é uma maneira confiável de detectar vieses: "podemos examinar interiormente os juízos produzidos por nossos processos cognitivos, mas não as propriedades dos processos que são relevantes para a confiabilidade desses juízos" (p. 131). Essa afirmação soa contraintuitiva. Por mais que aceitemos que parte desses processos ocorram de maneira inconsciente, parece-nos implausível dizer que a introspecção de nada adianta (ou pode até mesmo piorar a situação), como faz Ballantyne (p. 131-2). Em rodapé, ele mesmo reconhece que há psicólogos

que afirmam ser possível, em alguns casos, obter evidências de que estamos sendo enviesados por meio da introspecção (p. 131, n. 7). De todo modo, o ponto cego é causado não só por essa assimetria no modo como julgamos os vieses alheios e os nossos: tendemos a desconsiderar evidências comportamentais quando estamos avaliando se nossos juízos estão sendo afetados por vieses, dando mais peso a esse tipo de evidência quando estamos avaliando os juízos de outras pessoas (p. 132). Além disso, dependemos de teorias para interpretar evidências comportamentais: são elas que nos dizem “quando motivos, necessidades, identidades, expectativas e o contexto sugerem vieses” (p. 134). Todavia, essas teorias são falhas, pois não levam em consideração as observações e os achados da psicologia sobre como os vieses realmente operam, podendo até mesmo refletir alguns de nossos preconceitos (p. 134-6).

O segundo fator que explica o viés do ponto cego é um “realismo ingênuo”, que a maioria das pessoas tende a pressupor: a tendência de acreditar que nossa experiência do mundo e dos fenômenos é verídica, é real (p. 132). Ela faz com que, quando descobrimos que alguém discorda de nós, tenhamos a tendência de atribuir vieses a essa pessoa ou então dizer que ela não está sendo objetiva ou não está bem-informada (p. 133).

Por fim, um terceiro fator que explica nosso ponto cego em relação a nossos próprios vieses é a prevalência de uma visão super otimista em relação a nós mesmos e a nossos atributos, que faz com que apontemos vieses mais facilmente nos outros do que em nós mesmos (p. 133-4).

Em suma, o fato de sermos pouco capazes de enxergar nossos próprios vieses faz com que as duas estratégias de atribuição de vieses restantes – a estratégia de atribuição de um fator que envia e a estratégia da autoabsolvição – não se sustentem. À luz da literatura da psicologia, é irrazoável dizer que temos razões para aceitar que não somos enviesados, como requer a estratégia da autoabsolvição: as evidências da psicologia constituem um anulador de competência, colocando em questão nossa habilidade de avaliar evidências sobre vieses (p. 138-9). A não ser que tenhamos boas razões ou um método confiável que nos permita superar esse anulador de competência, não devemos aplicar essa estratégia (Ballantyne é bastante cético quanto a essa possibilidade, até mesmo em relação às estratégias de “desenviesamento” abordadas na literatura psicológica) (p. 143-4). No mesmo sentido, a estratégia da atribuição de um fator que envia também se mostra irrazoável: ela pressupõe que temos boas razões para pensar que as técnicas que usamos para coletar evidências comportamentais e as teorias abstratas que usamos para avaliá-las são confiáveis – o que não é verdade quando se considera os achados da literatura psicológica, em especial o viés de confirmação e o “erro fundamental de atribuição” (p. 144-5). Por essas razões, argumenta Ballantyne, “devemos frequentemente duvidar da razoabilidade de usar essas estratégias em defesa de nossas crenças controversas” (p. 138).

A consequência de não podermos recorrer a essas estratégias é a seguinte: diante do desacordo, devemos reduzir a confiança que depositamos em nossas crenças e opiniões controversas. Se não tivermos boas razões para desacreditar os que discordam de nós, a própria existência do desacordo agirá como um anulador em relação a nossa crença controversa e nos tornará (ou, ao menos, deveria nos tornar) doxasticamente mais abertos (p. 147-8).

O sexto capítulo – o segundo em que Ballantyne expõe seu método em mais detalhes – aborda o que ele denomina “interlocutores contrafactuais”: pessoas que poderiam estar em diálogo conosco, mas que por algum motivo não estão (seja porque morreram, ou porque não tiveram chances de estudar suficientemente, ou por estarem distantes etc.). Para Ballantyne, o reconhecimento da existência desses

interlocutores nos coloca diante de um problema: o “problema dos interlocutores contrafactuais”, que consiste na dificuldade de manter opiniões razoáveis diante do reconhecimento de que, se a história tivesse se desdobrado de modo distinto, muito provavelmente teríamos interlocutores que fariam objeções poderosas a nossas opiniões controversas (p. 151). Como consequência, deveríamos ser mais abertos doxasticamente (p. 160).

Trata-se de um argumento pouco persuasivo, o que fica claro em trechos que afirmam que o problema dos interlocutores contrafactuais

pode desafiar nossas crenças mesmo que não consigamos imaginar no que essas objeções consistiriam ou poderiam consistir. Precisamos apenas reconhecer que, sob diferentes circunstâncias, muito provavelmente viríamos a ter boas objeções (que desconhecemos no momento) a nossas crenças. (...) Será que você poderia sequer imaginar que tipo de coisas diriam as mentes mais perspicazes da Europa medieval ou do começo da modernidade na China, ou ainda o que interlocutores contrafactuais incrivelmente talentosos e criativos e que são mais semelhantes a você contextualmente (pense naqueles que morreram na adolescência, ou que não tiveram acesso à educação, ou ainda que enfrentaram grandes discriminações e nunca puderam deixar sua marca)... você poderia adivinhar o que *eles* teriam a dizer sobre seu argumento, caso o tivessem examinado minuciosamente? (p. 161 e p. 169).

O exercício é interessante, mas por que ele importa para as nossas controvérsias reais? Por que precisamos desse exercício contrafactual? Suspeito que apenas filósofos poderiam achar esse tipo de argumento convincente, o que, para os fins de uma epistemologia regulativa (que se pretenda útil para nossas práticas investigativas em um sentido mais amplo) é certamente uma desvantagem. Para todos os efeitos práticos, parece irrazoável exigir que, para que alguém possa manter uma crença sobre uma questão controversa, seja preciso derrotar esses interlocutores contrafactuais, os quais (possivelmente) apresentariam objeções (inimaginadas, talvez inimagináveis) a nossos argumentos. É depositar confiança excessiva no poder da lógica dos contrafactuais e dos mundos possíveis.

Ao final do capítulo, Ballantyne nos diz que o argumento dos interlocutores contrafactuais é dispensável para o projeto mais amplo do livro. Sua única função seria nos proporcionar o seguinte insight: “muito provavelmente, nós negligenciamos ou não percebemos anuladores de nossas opiniões controversas” (p. 170).

Mas precisamos mesmo desse exercício para chegarmos a essa conclusão? Ele me parece dispensável e talvez ineficiente (no sentido de consumir energia intelectual sem necessidade). De fato, diante de questões controversas, as pessoas mal conseguem examinar com aptidão e com o cuidado necessário os diversos argumentos e evidências que estão realmente em jogo. Além disso, em muitas das questões controversas, há consideráveis incentivos para que as pessoas pensem e apresentem poderosas objeções contra as crenças em questão, o que possivelmente tornaria o exercício contrafactual inútil. Basta pensarmos na dinâmica da academia e das controvérsias filosóficas: há várias pessoas inteligentes e muito motivadas envolvidas nessas controvérsias (resolvê-las lhes rendem empregos estáveis, prêmios, reconhecimento etc.). Por que pressupor, por exemplo, que os filósofos inteligentes que morreram precocemente, caso tivessem vivido por mais tempo, produziriam argumentos totalmente diferentes dos produzidos pelas pessoas inteligentes que viveram por mais tempo e conformaram os debates do campo? Por que não simplesmente apontar para os interlocutores reais e palpáveis, em vez de conceber interlocutores contrafactuais, tentar imaginar o que eles teriam pensado

sobre tal ou qual questão e ainda levar em conta objeções que sequer podemos identificar?

Em suma, o recurso aos interlocutores contrafactuais me pareceu um excursão desnecessário e pouco convincente, em especial quando somos instados a pensar em interlocutores imaginários (que não nasceram, que viveram no séc. XV em um lugar distante etc.). O insight que o capítulo visa transmitir – de que muito provavelmente negligenciamos ou não percebemos potenciais objeções que nos levariam a enfraquecer ou a abandonar nossas crenças – é bastante relevante. Mas ele é mais convincente quando amparado em nossa “situação real” (p. 171), à qual Ballantyne nos diz que retornará no capítulo seguinte, para o qual nos voltamos.

O capítulo 7, “Evidências que não possuímos”, é o terceiro em que Ballantyne expõe seu método em mais detalhes. Ele começa constatando um fato: para a grande maioria das questões controversas, há um conjunto significativo de evidências relevantes que não possuímos, o que se tornou verdadeiro especialmente após a vasta gama de informação com que a humanidade foi e é bombardeada desde a invenção da prensa de Gutemberg (p. 172-3 e p. 177). Nossas crenças ou opiniões controversas se baseiam em apenas parte das evidências relevantes: aquelas a que calhamos de ter acesso devido às particularidades de nossas histórias de vida (p. 187).

Qual o significado epistêmico desse fato? Ele tem (ou ao menos deveria ter) um impacto em nossas crenças? Há um conflito entre o conhecimento e a crença razoável, de um lado, e o reconhecimento desse fato, de outro? Questões como essas constituem o que Ballantyne denomina “o problema da evidência não-possuída” (p. 173). Para ele, o reconhecimento de que nossas crenças estão baseadas apenas em parte da evidência relevante frequentemente nos colocará diante de um anulador e, assim, teremos uma razão para alterar nossas crenças ou duvidar de que elas sejam respostas adequadas à evidência que temos – a não ser que possamos, de algum modo, anular esse anulador.

Para Ballantyne, porém, é muito pouco provável que possamos. Isto porque, na grande maioria dos casos controversos, não teremos boas razões para pensar que as evidências que não possuímos não sejam fontes confiáveis de informação, assim como não teremos boas razões para pensar que o conjunto de evidências em que nos baseamos seja representativo da “evidência total” (o que significaria que ele já teria levado em conta as evidências que não possuímos) (p. 180-1). Sendo assim, tal como os interlocutores contrafactuais, o reconhecimento de que há evidências que não possuímos contribui para que nos tornemos doxasticamente mais abertos (p. 174).

Na primeira seção deste sétimo capítulo, Ballantyne se pergunta por que o problema da evidência não-possuída foi desconsiderado por boa parte da literatura. Meu palpite é porque o argumento é pouco convincente. Em primeiro lugar, porque noções como a de “evidência total” e a de “representatividade de um conjunto de evidências” são excessivamente abstratas e especulativas, não se aplicando aos desacordos com que comumente nos deparamos. De acordo com o próprio Ballantyne (p. 188-9), não temos conhecimentos suficientes acerca da evidência total para saber que tipo de atitude é razoável em relação ao conjunto de evidências de que dispomos. Sendo assim, diante de uma questão controversa, é provável que não saibamos se o conjunto de evidências em que baseamos nossa crença é ou não representativo da evidência total. Mas qual a consequência disso? Devemos simplesmente abandonar todas nossas crenças controversas? Novamente, Ballantyne privilegia considerações abstratas e especulativas, em detrimento de saídas mais condizentes com nossas práticas investigativas reais. Mais importante do que a representatividade de nosso conjunto de evidências é saber se ele é razoável: ele levou a sério a divergência? Examinou os principais argumentos de

quem tem uma crença diferente e que está numa posição epistêmica semelhante ou superior à nossa? Está baseado em fontes confiáveis? Em caso positivo, teremos sido epistemicamente responsáveis e, desde que nos mantenhamos abertos (i.e., que sejamos epistemicamente modestos), parece irrazoável exigir que suspendamos o juízo ou diminuamos nossa confiança em p simplesmente por considerações abstratas e especulativas relacionadas à representatividade de um conjunto de evidências diante da “evidência total”.

Em segundo lugar (mas mais importante), é irrazoável condicionar a razoabilidade de uma crença a um exame exaustivo dos subconjuntos da evidência total, porque essa é uma condição simplesmente impossível de ser cumprida para a maioria (se não todas) as questões controversas. Se precisamos nos posicionar e tomar decisões com base em crenças controversas, de que nos serve uma epistemologia regulativa que nos diga que uma crença será razoável apenas se cumprir uma condição praticamente impossível de ser cumprida? Ballantyne até reconhece que, em alguns casos, teremos condições de cumpri-la (desde que anulássemos os anuladores que nos foram colocados pelo problema da evidência não-possuída), mas ele mesmo ressalta que essas situações são raras (p. 184).

O que fazer, então? Ballantyne se mostra cético quanto à possibilidade de sermos salvos pela crescente especialização, pela confiança em experts ou por novas ferramentas de pesquisa (p. 192-4). Uma saída seria reconhecer que

nosso objetivo pode não ser sempre obter uma crença razoável e conhecimento (...), mas sim resolver questões da melhor maneira que pudermos, ao mesmo tempo em que suspeitamos que o fim da investigação – se é que ele virá – chegará somente após um longo esforço coletivo (p. 192).

Ballantyne ressalta, porém, que esse tipo de investigação enfrenta suas próprias dificuldades, algumas das quais serão discutidas nos capítulos 8 e 11. Por enquanto, diante do problema da evidência não-possuída, a conclusão a que ele chega é que devemos ser doxasticamente mais abertos e manter uma dúvida razoável acerca de crenças controversas (p. 191).

O capítulo 8, intitulado “Transgressão Epistêmica”, trata das dificuldades que tanto leigos quanto especialistas precisam enfrentar para razoavelmente poderem extrapolar as fronteiras do campo do conhecimento em que comumente atuam ou têm expertise. Para entender a “transgressão epistêmica”, é preciso retomar o modo como Ballantyne caracteriza a expertise. Um expert é aquele que tem “evidências relevantes e suficientes para responder, de maneira confiável, às questões de seu campo, além de possuir as habilidades relevantes para avaliar ou interpretar adequadamente essas evidências” (p. 199).

A transgressão epistêmica é comum atualmente, uma vez que há incentivos para que as pessoas se manifestem sobre as mais diversas polêmicas e há meios que facilitam a divulgação dessas opiniões, não sem consequências nocivas (p. 197-8). O problema é comum não só na discussão pública e cotidiana, mas também na academia, principalmente nos casos em que especialistas lidam com questões que Ballantyne caracteriza como “híbridas”: aquelas que, para serem adequadamente respondidas, requerem evidências e/ou habilidades de dois ou mais campos do conhecimento (p. 200). Diante dessas questões (que são cada vez mais comuns na filosofia e em outras disciplinas), é provável que as pessoas não tenham a expertise em um ou alguns dos campos envolvidos.

Nesses casos, o que devemos fazer? Ballantyne aponta duas saídas: ou buscar obter a expertise necessária que nos falta, ou evitar depositar confiança excessiva em respostas a questões híbridas, limitando-nos ao campo do conhecimento que

dominamos (p. 203). Caso alguém rejeite essas duas saídas e opte por continuar rompendo limites epistêmicos, será preciso justificar essa decisão. Ballantyne argumenta que, diante do reconhecimento do fato de que estamos cometendo um ato de “transgressão epistêmica”, é difícil justificá-la: como manter a confiança em crenças a respeito de perguntas híbridas ao mesmo tempo em que reconhecemos que não temos as evidências de um campo e/ou as habilidades relevantes para interpretá-las? Essa dificuldade é o que ele denomina “o problema da transgressão epistêmica” (p. 204). Para ele, esse problema constitui um anulador para nossas crenças, fornecendo-nos um tipo de evidência de segunda ordem acerca de nossa capacidade para emitir juízos adequados acerca de questões que extrapolam nossa expertise (p. 205). A não ser que consigamos derrotá-lo, devemos optar por uma das duas saídas apontadas (p. 207).

Ballantyne examina e refuta três possíveis estratégias para tentar superar o problema da transgressão epistêmica: a primeira afirma que o campo invadido não tem nenhuma evidência ou habilidade relevante que impacte a crença em questão; a segunda, que a evidência do campo em que temos expertise é por si só conclusiva quanto à crença em questão; por fim, a terceira estratégia afirma que as habilidades do campo em que temos expertise podem ser transferidas para outros campos (p. 207-8). Para que as duas primeiras defesas possam ser aceitas, ou precisaremos adquirir competência no campo invadido (caso em que a transgressão cessaria), ou precisaríamos ter boas razões para desconsiderar as evidências disponíveis e as divergentes opiniões de especialistas do campo invadido, o que comumente não é o caso (p. 209).

A terceira defesa é a que Ballantyne considera mais comum. Todavia, mesmo que ignoremos a questão sobre se possuímos as evidências relevantes de um campo, a literatura da psicologia empírica aponta que há uma série de obstáculos à possibilidade de transferência de habilidades entre diferentes campos, em especial quando os contextos são muito distintos (p. 210-4). Além disso, Ballantyne apela para o “efeito Dunning-Kruger” para explicar por que muitos especialistas se julgam competentes para transgredir fronteiras epistêmicas, quando, na verdade, não o são: pessoas que são ignorantes em um domínio tendem a ser ignorantes acerca de sua própria ignorância (p. 215-6).

Ao fim, Ballantyne recomenda que nos mantenhamos mais doxasticamente abertos quanto às nossas crenças sobre questões que estão fora de nossa expertise, além de buscar ouvir especialistas de outras áreas e participar de projetos interdisciplinares, aproveitando-nos da diversidade de perspectivas (p. 218-9). O ponto fraco do capítulo é a excessiva deferência aos achados da psicologia empírica. Por mais que possam ser estimulantes e lançar luz sobre as mais diversas questões, eles também estão sujeitos a erros, vieses e falhas metodológicas, além dos maus incentivos proporcionados pela carreira acadêmica. O campo vive uma crise, reconhecida até mesmo pelos próprios psicólogos empíricos: há uma série de falhas de replicabilidade em estudos do campo e muitos achados famosos têm sido contestados, dentre eles o efeito Dunning-Kruger (Jarry, 2020), citado por Ballantyne como uma “ideia bastante confirmada pela psicologia” (p. 215). A crise não é nova (ela tem cerca de 10 anos) e mereceria ao menos uma menção em rodapé, especialmente pelo fato de a psicologia empírica ser importante não só neste, mas em vários capítulos do livro. É certo que Ballantyne, se alertado, provavelmente diminuiria a confiança que deposita nesse tipo de evidência (cf. p. 266-8). Mas não deixa de ser irônico que ele acabe por exemplificar a própria transgressão epistêmica que denuncia.

O capítulo 9, intitulado “Novatos e o Desacordo entre Experts”, encerra a parte do livro em que Ballantyne está expondo seu método em detalhes. Ele aborda o

“problema dos depoimentos conflitantes de especialistas” (p. 222). Conforme dito no parágrafo anterior, uma possível solução para evitar a “transgressão epistêmica” é buscarmos especialistas em outros campos. No entanto, os próprios especialistas também discordam e, diante de questões controversas, não raro apresentam opiniões conflitantes. Qual o significado desse desacordo? Como saber em qual(is) especialista(s) devemos depositar nossa confiança? Ballantyne estipula três condições para que seja razoável dar nossa anuência a um especialista:

Quando dois experts, E1 e E2, discordam sobre uma questão, você pode razoavelmente anuir a E1 se e somente se (i) você tiver algum indicador ou fundamentos para acreditar que é mais provável que E1 responda corretamente à questão do que E2 [i.e., se você tiver ‘evidência de uma assimetria’ entre E1 e E2]; (ii) se você tiver razões para acreditar que você é um juiz confiável dessa evidência de assimetria, caso sua confiabilidade seja razoavelmente questionada; e se (iii) você não tiver uma razão para acreditar que é improvável que E1 responda à questão corretamente (p. 230).

De acordo com Ballantyne, mesmo para leigos informados e reflexivos, é difícil cumprir essas condições que permitem uma anuência razoável a um especialista (p. 231). Ele questiona particularmente a plausibilidade da segunda condição, a “condição de confiabilidade” (p. 231). Em outras palavras, Ballantyne questiona nossa capacidade de sermos juízes suficientemente confiáveis de eventuais evidências de assimetria entre especialistas (p. 233-4).

Três conjuntos de fatos são citados para embasar essa posição. Em primeiro lugar, Ballantyne – recorrendo novamente à psicologia empírica – cita outra vez o efeito Dunning-Kruger como um fato que mina a possibilidade de sermos juízes suficientemente confiáveis: de acordo com esse efeito, uma ignorância de primeira-ordem tende a gerar uma ignorância de segunda-ordem quanto a nossa própria ignorância, enviesando nossa autoavaliação (p. 234-6).

Em segundo lugar, são mencionadas pesquisas que mostram que nossos valores também enviesam a avaliação que fazemos da expertise alheia: as pessoas tendem a acreditar que os comportamentos que estão de acordo com seus valores são socialmente benéficos, o contrário valendo para os comportamentos que julgam como desrespeitosos e imorais. Isso dá ensejo a um processo de raciocínio politicamente motivado, em que as pessoas aceitam ou rejeitam novas informações não com base na busca pela verdade, mas com base no impacto que essas novas informações terão em suas crenças e na sua relação com as pessoas que pertencem a grupos que têm uma identidade própria. Sendo assim, elas tendem a dar sua anuência a especialistas que compartilham seus valores e sua visão de mundo, preterindo os que julgam ter crenças distintas das suas (p. 237-9).

Em terceiro e último lugar, Ballantyne argumenta que a “condição de confiabilidade” é implausível diante do risco de estarmos em ambientes em que há uma manipulação intencional das evidências, visando gerar conformidade com um dos lados da disputa. Isso ocorre, por exemplo, quando não especialistas posam de experts ou quando informações falsas são disseminadas acerca de um assunto ou de um especialista, gerando o que Ballantyne denomina “ambientes epistêmicos tóxicos” (p. 241).

Esses três conjuntos de fatos nos deveriam fazer duvidar de que somos juízes suficientemente confiáveis de eventuais evidências de assimetria entre especialistas. Ballantyne não descarta a possibilidade de que esses obstáculos sejam superados, mas ressalta que isso dependerá das especificidades de cada disputa. Contudo, independentemente disso, é possível dizer que, no geral, cumprir a “condição de confiabilidade” é algo bastante trabalhoso e improvável, pois envolverá se informar

com algum detalhe sobre as disputas entre os especialistas, seus métodos e suas tentativas de gerar conhecimento: “realisticamente, a anuência razoável é praticamente impossível para a grande maioria das questões controversas” (p. 242).

Que fazer, então? Para os especialistas, resta buscar meios que ajudem os leigos a chegar às respostas corretas ou ao menos a poderem chegar a uma anuência razoável nos casos de conflito. Esse trabalho ainda está por ser feito e é parte do projeto mais amplo e interdisciplinar da epistemologia regulativa proposta por Ballantyne (p. 244-5). Para os leigos, restam três opções: anuir irrazoavelmente, escolhendo um lado como se fosse uma questão de “confiança cega”; tentar agregar, por meio de algum método que esteja disponível, as opiniões conflitantes dos especialistas; ou se abster de tomar lados no conflito (p. 242). Ballantyne não faz um juízo sobre essas alternativas, apesar de seu método claramente apontar para a última opção.

4 Duas potenciais objeções ao método

Os dois últimos capítulos são dedicados ao exame de duas possíveis críticas ao método regulativo apresentado nos seis capítulos precedentes (5 a 9). A primeira delas, abordada no capítulo 10, consiste na objeção feita repetidas vezes a métodos que parecem nos conduzir a um ceticismo: eles se autoderrotam. Como o próprio método proposto por Ballantyne não está livre de controvérsias, sua aplicação a si mesmo faria com que tivéssemos de abandoná-lo (ou ao menos reduzir a confiança que nele depositamos). Wittgenstein e o próprio Sexto Empírico foram contestados por meio desse argumento e ambos recorreram a uma estratégia semelhante: o método, depois de nos conduzir a certas conclusões, pode ser simplesmente descartado (a metáfora da escada em Wittgenstein, *Tractatus*, 6.54, e a do purgante em Sexto, *Hipótiposes*, I, 206).

Ballantyne não usa desse subterfúgio. Após confessar se sentir perplexo e não saber muito bem o que pensar quando reflete sobre o impacto do método na própria crença sobre o método, ele descreve sumariamente seis possíveis respostas à objeção sem se comprometer com qualquer delas (p. 254-60). Feito isso, ele desenvolve uma resposta diferente, apelando para a plausibilidade de nossas crenças: seu argumento é que uma proposição formada pela disjunção das seis possíveis respostas é mais plausível do que a objeção que afirma que o método se autoderrota (p. 261) – o que também não deixa de ser um subterfúgio, que poupa Ballantyne de entrar em controvérsias para defender uma ou algumas das possíveis respostas. Enfim, ele se diz não convencido pela objeção, mas deixa em aberto a possibilidade de ela ser bem-sucedida. Cabe notar, porém, que o ônus está agora com os potenciais objetores, sobre os quais Ballantyne lança a suspeita de estarem influenciados por vieses: seus juízos seriam afetados pelo fato de verem no autor um “hipócrita ou trapaceiro”, tendo em vista a possibilidade de que Ballantyne não estaria cumprindo à risca o que prega (p. 261-6).

A segunda objeção consiste em apontar uma consequência negativa do método: ele nos deixa sem motivação para investigar questões controversas. Se o sucesso (i.e., a obtenção de crenças razoáveis acerca dessas questões) é muito pouco provável, que motivo nos resta para investigá-las? (p. 272-3)

Ballantyne cogita que o sucesso possa vir em graus, mas não aprofunda o ponto, limitando-se a citá-lo em rodapé (p. 273, n. 3). Teria sido uma alternativa interessante. Em primeiro lugar, porque, por mais que seja difícil medir a razoabilidade de uma crença, é plausível dizer que temos mais confiança em p do que em q , por exemplo. Em segundo, porque evitaria a crítica: a possibilidade de

obter um grau comparativamente maior de sucesso seria uma motivação para continuarmos a investigar.

A saída adotada, porém, é outra, menos plausível. Quanto ao sucesso da investigação, Ballantyne diz que muitas questões controversas levam tempo para serem resolvidas e, quando o são, geralmente envolvem o esforço de várias pessoas, no que ele denomina “investigação supra-pessoal”. A possibilidade de dar uma contribuição – mesmo que modesta ou bastante indireta – para esse tipo de investigação é citada por ele como um motivo para continuarmos investigando (p. 275; 280-1). O método, por mais que possa ter o efeito de nos retirar qualquer esperança de um sucesso individual e curto-prazista, seria compatível com esse sucesso supra-pessoal, de médio e longo prazo.

A solução é menos plausível porque muitas das questões controversas com que nos importamos (notadamente as questões éticas, políticas e morais) não têm expectativa de resolução. Não se espera que algum dia se chegue a um acordo, por exemplo, sobre no que consiste a boa vida. Mesmo que um consenso aparente seja atingido, sempre será possível reabrir a controvérsia, pois – diferentemente de questões científicas – não há um método claro ou um teste que permita pôr fim ao desacordo. Contudo, no livro, Ballantyne usa apenas exemplos de questões científicas, como a questão da cura do câncer (p. 275; p. 279). É plausível dizer que, algum dia, a cura será descoberta e as controvérsias, resolvidas – mas esse não é o caso até mesmo para muitos desacordos da filosofia (dizer o contrário implicaria defender a ideia de que há um progresso claro nessa disciplina, o que Ballantyne não faz).

Além disso, Ballantyne afirma que o método pode nos proporcionar um sentimento de “espanto”, que motivaria a continuidade da investigação (p. 294-7). Em certo sentido, o espanto pode mesmo motivar a atividade investigativa: como disse Platão no *Teeteto* (155d), o espanto é o princípio da filosofia. De fato, diante da constatação de que não consigo explicar ou entender algo, espanto-me e motivo-me a investigá-lo. Todavia, é pouco provável que essa sensação se reproduza e me motive após um devido exame: se, tendo examinado os argumentos de um lado e de outro de uma questão e avaliado as evidências, e, aplicado o método, eu não conseguir atingir uma crença razoável acerca dessa questão (o que é o mais provável), parece pouco plausível dizer que o espanto será um motivador para prosseguir com a investigação. O sentimento mais provável será de frustração ou desencanto. Enfim, o apelo ao espanto não me parece uma resposta persuasiva à crítica.

Mas Ballantyne ainda dá outra resposta, a mais plausível delas: o método nos inculca certas disposições intelectuais que são dotadas de valor. A possibilidade de adquiri-las, por meio de seu uso reiterado, seria um argumento contrário à afirmação de que o método necessariamente desestimula a atividade investigativa (p. 285). Três são as disposições mencionadas por Ballantyne: a tolerância com o conflito de evidências/argumentos e a capacidade de lidar com dissonâncias, tanto de uma perspectiva interna/individual, quanto de uma perspectiva externa/social (p. 285-8); a capacidade de reconhecer, encarar e lidar com nossa própria ignorância (p. 288-91); e a habilidade de resistir a pressões e a vieses que nos conduzem à conformidade enquanto investigamos, habilidade que nos permite balancear adequadamente nossa própria avaliação das evidências disponíveis e as avaliações de outras pessoas (p. 291-4).

Neste ponto, parece-me que Ballantyne mostra a fragilidade de um projeto de epistemologia regulativa baseado somente em princípios, em comparação com um que visa a sugerir meios para o aprimoramento do caráter intelectual. Em suma, o que ele está dizendo é que devemos adotar o método (que é baseado em princípios),

porque ele aprimora nosso caráter intelectual, tornando-nos epistemicamente mais responsáveis, modestos e independentes.

O livro termina com uma defesa da complementaridade entre a epistemologia clássica-descritiva e a epistemologia prático-regulativa proposta por Ballantyne. Ao fim, o leitor sente falta de um capítulo conclusivo. Como o próprio Ballantyne nos lembra, “o método consiste em um conjunto de princípios e observações voltadas a guiar a investigação de questões controversas” (p. 247). As observações são majoritariamente aquelas retiradas da literatura da psicologia empírica. Mas e os princípios? No penúltimo capítulo, Ballantyne até faz um apanhado do que foi dito nos capítulos de 5 a 9 e afirma que “os princípios [do método] descrevem condições contingentes, nas quais temos potenciais anuladores para nossas crenças controversas” (p. 247). Mas quais são eles mesmo? Como vamos nos guiar por eles se não podemos identificá-los facilmente? Um capítulo de conclusão e sistematização teria contribuído para uma maior fixação do método, assim como um capítulo introdutório teria nos auxiliado a navegar mais tranquilamente pelo projeto de Ballantyne, tal como notado no começo desta resenha.

De todo modo, ao fim do livro, está claro para o leitor que o método regulativo proposto visa nos auxiliar a distinguir entre crenças controversas razoáveis e irrazoáveis. A bem da verdade, o método nos mostra que é muito difícil – para não dizer praticamente impossível – sustentar crenças controversas razoáveis diante de problemas como o desacordo entre pares, os interlocutores contrafactuais, a evidência não-possuída, a transgressão epistêmica e o conflito entre especialistas, abordados nos capítulos 5 a 9. Sendo assim, a não ser que consigamos superar esses problemas (o que para Ballantyne é altamente improvável), devemos duvidar de nossas crenças controversas e nos mantermos doxasticamente abertos – algo certamente necessário nos tempos atuais!

Referências

- BALLANTYNE, Nathan. 2019. *Knowing our Limits*. Oxford: Oxford University Press.
- BISHOP, M. & TROUT, J. D. 2005. *Epistemology and the Psychology of Human Judgement*. Oxford: Oxford University Press.
- GOLDMAN, Alvin. 1978. “Epistemics: The Regulative Theory of Cognition”. In: *The Journal of Philosophy*, 75, p. 509-23.
- JARRY, JONATHAN. 2020. *The Dunning-Kruger Effect Is Probably Not Real*. McGill University. Disponível on-line em: < [The Dunning-Kruger Effect Is Probably Not Real | Office for Science and Society - McGill University](#) >.
- ROBERTS, R. & WOOD, W. J. 2007. *Intellectual Virtues: An Essay in Regulative Epistemology*. Oxford: Oxford University Press.
- PLATÃO. 1997. “Theaetetus”. In: *Plato’s Complete Works*. Translated by G. M. A. Grube. Indianapolis: Hackett.
- WITTGENSTEIN, L. 2017. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução Luiz Henrique L. dos Santos. São Paulo: Edusp
- SEXTUS EMPIRICUS. 2000. *Outlines of Scepticism*. Tradução J. Annas e J. Barnes. Cambridge: Cambridge University Press.